

de propostas de posição, devidamente fundamentadas, a remeter àquela Direcção-Geral, propostas que serão tidas em conta na elaboração da posição nacional a defender nas várias instâncias onde são abordados assuntos relativos ao rótulo ecológico, podendo participar nas respectivas reuniões;

b) Garantir que as propostas de posição referidas na alínea anterior são recebidas na Direcção-Geral da Empresa nos cinco dias úteis que precedem a data limite para transmissão da posição nacional, após o que não serão tidas em consideração;

c) Promover a divulgação do Sistema junto das estruturas representativas dos consumidores, em colaboração com a Direcção-Geral da Empresa.

8 — As receitas das taxas aplicadas em cumprimento das Decisões da Comissão n.ºs 2000/728/CE, de 10 de Novembro, e 2003/393/CE, de 22 de Maio, serão repartidas entre a Direcção-Geral da Empresa e o Instituto do Ambiente em percentagens, respectivamente, de 70 % e 30 %.

9 — As disposições do presente despacho conjunto aplicam-se às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, sem prejuízo das adaptações decorrentes da estrutura própria da administração regional autónoma, a introduzir por meio de diploma regional.

10 — É revogado o despacho conjunto dos Ministérios da Indústria e Energia e do Ambiente e Recursos Naturais de 23 de Agosto de 1993.

28 de Junho de 2006. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*. — Pelo Ministro da Economia e da Inovação, *António José de Castro Guerra*, Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, I. P.

Despacho n.º 15 513/2006

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi aberto procedimento concursal com vista ao provimento no cargo de direcção intermédia de 1.º grau de director de serviços do Gabinete de Planeamento, lugar constante do mapa anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 35.º do Decreto Regulamentar n.º 23/97, de 28 de Maio (lei orgânica do LNIIV), tendo-se procedido à sua publicação através de anúncio publicado no jornal *Diário de Notícias* e de aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 16 de Março de 2006, bem como na bolsa de emprego público.

Considerando que foram analisados os *curricula* e efectuadas as respectivas entrevistas públicas de selecção aos candidatos do presente concurso, o júri concluiu que todos possuíam formação técnica e científica adequada ao exercício das funções do cargo de dirigente.

No entanto, tendo em conta os fundamentos apresentados pelo júri nas actas que integram o procedimento, é aceite a proposta do júri, que considera que a mestre Maria Helena Pereira Paulo Duarte demonstra possuir maior competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido, pelo que nomeio no cargo de director de serviços do Gabinete de Planeamento do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, I. P., a assessora principal do quadro de pessoal deste organismo Dr.ª Maria Helena Pereira Paulo Duarte, em comissão de serviço e pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos à data do despacho.

19 de Junho de 2006. — A Directora, *Maria Inácia Aleixo Vacas de Carvalho Corrêa de Sá*.

Sinopse curricular

Nome: Maria Helena Pereira Paulo Duarte.
Naturalidade: Moçambique.
Data de Nascimento: 1 de Fevereiro de 1954.
Formação académica:

Licenciada em Medicina Veterinária pela Escola Superior de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa (1978-1979).
Mestrado em Saúde Pública Veterinária, conferido pela Faculdade de Medicina Veterinária de Lisboa (1993).

Formação profissional — realizou vários estágios e cursos de formação nas áreas da medicina veterinária, da segurança alimentar,

da qualidade e acreditação de laboratórios, da formação, da informática, de planeamento, gestão e organização, SIADAP e o Seminário de Alta Direcção.

Actividade profissional:

Exerceu as funções de técnica superior no Laboratório da Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior em Alcains, desenvolvendo a sua actividade no controlo microbiológico de alimentos (águas, leites e derivados e carnes e produtos cárneos) (1980-1982).

Desempenhou funções como técnica superior no Departamento de Bromatologia, Serviço de Microbiologia dos Alimentos do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (LNIIV) (1982-1991).
Chefe do Serviço de Microbiologia dos Alimentos do LNIIV (1991-1997).

Directora de serviços do Gabinete de Planeamento do LNIIV (desde 1997).

Outras actividades relevantes:

Coordenadora dos trabalhos a desenvolver no LNIIV no que respeita a acções de índole laboratorial conducentes à pesquisa e doseamento de resíduos de medicamentos de uso veterinário e contaminantes ambientais em alimentos de origem animal (1986-1993).

Coordenadora dos laboratórios que funcionam no âmbito do Decreto-Lei n.º 241/90, dando continuidade ao trabalho que vinha a ser feito para cumprimento do artigo 3.º daquele decreto-lei (desde 1996).

Vogal do LNIIV na Comissão Técnica Portuguesa de Normalização (Qualidade da Água: 72; subcomissão 4 — métodos microbiológicos para análises da água) (1983-1997).

Vogal do LNIIV na comissão técnica da RELACRE — grupo de trabalho — ensaios microbiológicos (CTR 03-GT 1) (1993-1997).

Membro da bolsa de formadores da DGV, ex-IPPAA e LNIIV, onde participou em numerosas acções de formação sobre higiene e segurança alimentar, dirigidas essencialmente para médicos veterinários (1983-1997).

Representante do LNIIV em reuniões da UE, tais como «Comité dos Medicamentos Veterinários», «Resíduos de Medicamentos Veterinários», «Comité Veterinário Permanente», «Legislação Veterinária — Métodos de Análise de Resíduos», «Legislação Veterinária — Métodos de análises e características microbiológicas» (1986-1988).

Actividades científicas e técnicas:

Participou em diversos seminários, conferências, simpósios e congressos, onde apresentou várias comunicações e publicou vários trabalhos científicos e técnicos.

MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA SAÚDE

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Hospital Ortopédico de Sant'Ana

Deliberação (extracto) n.º 1042/2006

Pela deliberação n.º 797/2006, de 16 de Junho, da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, foi autorizada a renovação do regime de horário acrescido, quarenta e duas horas semanais, a Helena Maria Lopes Pires Soares, enfermeira-chefe pelo período de seis meses, a partir de 1 de Julho de 2006. (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Junho de 2006. — A Administradora-Delegada, *Eva Falcão*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde

Despacho n.º 15 514/2006

Nos termos do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e no uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho n.º 11 813/2006, de 21 de Abril, do Ministro da Saúde, subdelego